

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO VERA MENDES - PI				
MANASSES COSTA	055***07	Música	11	SIM
FRANCISCA VANESSA SILVA SOUSA	040***71	Música	09	SIM
RASANA BORGES DE SOUSA SILVA	033***48	Música	09	SIM
LARISSA RIBEIRO DO NASCIMENTO	624***06	Música	09	SIM
FERNANDA DE CARVALHO DA COSTA	093***99	Música	09	SIM
FABIOLA RODRIGUES MARTINS	077***90	Música	07	SIM
GABRIELA DA COSTA SOUSA	066***86	Música	05	SIM

FACILITADORES - Cultura e Artes				
NOME	CPF	Atividades Específicas	Pontuação	Candidatos Classificados
LUANA IRISMÁ DE SOUSA	047***56	Dança	07	SIM
JACKSON DE SOUSA SILVA	624***65	Dança	07	SIM
DEIZIANE RODRIGUES DE SOUSA	624***28	Dança	05	SIM

FACILITADORES - Esporte e Lazer				
NOME	CPF	Atividades Específicas	Pontuação	Candidatos Classificados
ANTÔNIO WALISSON SOUSA SILVA	055***24	Capoeira	07	SIM
JOSIAS VERA DE SOUSA	068***82	Capoeira	07	SIM

FACILITADORES - Esporte e Lazer				
NOME	CPF	Atividades Específicas	Pontuação	Candidatos Classificados
FRANCISCO WAGNER FEITOSA FREITAS	008***01	Futsal/Futebol	17	SIM
MARIA APARECIDA DE CARVALHO VERA	316***60	Futsal/Futebol	11	SIM

CNPJ: 07.171.840/0001-66, Email: semecevm@gmail.com  
Rua 13 de Maio, 158, Centro, CEP: 64568-000, Vera Mendes-PI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO VERA MENDES - PI				
RYAN VERA RODRIGUES	082***28	Futsal/Futebol	11	SIM
JASÉ ARLEY VERA DE SOUSA	090***97	Futsal/Futebol	07	SIM

FACILITADORES - Tecnologia, Finanças e Ambiental				
NOME	CPF	Atividades Específicas	Pontuação	Candidatos Classificados
STEPHANIE PEREIRA DE SOUSA	073***09	Inclusão Digital	11	SIM
AYLLA NAYRA SOUSA NASCIMENTO	623***36	Inclusão Digital	05	SIM

FACILITADORES - Tecnologia, Finanças e Ambiental				
NOME	CPF	Atividades Específicas	Pontuação	Candidatos Classificados
RANGEL FERNANDO DOS SANTOS	861***20	Educação Ambiental	17	SIM
HYONE STEFANNE SILVA DE CARVALHO	092***14	Educação Ambiental	11	SIM

FACILITADORES - Tecnologia, Finanças e Ambiental				
NOME	CPF	Atividades Específicas	Pontuação	Candidatos Classificados
VILESMÁRIA SOUSA DOS ANJOS	084***74	Educação Financeira	11	SIM

CNPJ: 07.171.840/0001-66, Email: semecevm@gmail.com  
Rua 13 de Maio, 158, Centro, CEP: 64568-000, Vera Mendes-PI

Id:0B621E1F8D8F61BC



**EXTRATO DE CONTRATO**

**PROCEDIMENTO:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROFESSORES, SE FOR O CASO, DA ZONA RURAL, ASSENTAMENTOS E/OU ACAMPAMENTOS, EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, NÃO PAVIMENTADAS E VICINAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VERA MENDES - PI. **FUNDAMENTO:** LEI 14.133/21. **CONTRATADA:** CONTRAK TERCEIRIZACAO E LOCACOES LTDA, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 09.068.794/0001-08. **CONTRATO Nº:** 01.1003/2025. **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 888.058,54 (OITOCENTOS E OITENTA E OITO MIL E CINQUENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS). **DATA DE ASSINATURA:** 10/03/2025. **VIGÊNCIA:** ÀTE 10/03/2026. **SIGNATÁRIOS:** CARLOS JOSÉ DA SILVA, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA MENDES E RONIEL LEAL IBIAPINA, PELA EMPRESA CONTRAK TERCEIRIZACAO E LOCACOES LTDA.

Id:0CC56397EB1961BB



**ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01.1003/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2025

O MUNICÍPIO DE VERA MENDES - PI, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.615/0001-31, com sede na Rua São Sebastião, 780, Bairro Centro, na cidade de Vera Mendes, Piauí, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Carlos José da Silva, portador do CPF nº 005.700.083-28, neste ato denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do Pregão Eletrônico Nº 003/2025, nas cláusulas e condições constantes do instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa **CONTRAK TERCEIRIZACAO E LOCACOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.068.794/0001-08, estabelecida na Rua Primeiro de Maio, 654, Sala 01, Bairro Boa Sorte, CEP 64.607-055, Picos - PI, Fone: (89) 9405-3742, e-mail: contrakconstrutora@gmail.com neste ato representado pelo Roniel Leal Ibiapina, CPF nº 024.913.603-14, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TRANSPORTE DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROFESSORES, SE FOR O CASO, DA ZONA RURAL, ASSENTAMENTOS E/OU ACAMPAMENTOS, EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, NÃO PAVIMENTADAS E VICINAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VERA MENDES - PI**, especificados no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedores e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ROTA 01 - O ROTEIRO POSSUI 57,96 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE SERRA, SACO, QUEIMADAS DAS MELANCIAS À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 57,96 KM POR DIA	12.752	KMROD	R\$ 4,50	R\$ 57.384,00

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**VERA MENDES**  
 Trabalho. Inovação e Tradição



2	ROTA 02 - O ROTEIRO POSSUI 34,40 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 44 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE MORADAS, CONTEINTE À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 34,40 KM POR DIA	7.568	KMROD	R\$ 7,20	R\$ 54.489,60
3	ROTA 03 - O ROTEIRO POSSUI 61,96 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE TRAIRA, LAGOA ACHADA, LAGOINHA DOS DANIEIS À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 61,96 KM POR DIA	13.632	KMROD	R\$ 4,00	R\$ 54.528,00
4	ROTA 04 - O ROTEIRO POSSUI 62,92 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 44 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE BARRA, BAIXÃO, PEGA, JÁ LAJINHA À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 62,92 KM POR DIA	13.843	KMROD	R\$ 4,80	R\$ 66.446,40
5	ROTA 5 - O ROTEIRO POSSUI 54,08 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 28 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE TUAZEIRO, MUNDÃO, BARRINHA, FORMOSA À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 54,08 KM POR DIA	11.898	KMROD	R\$ 5,49	R\$ 65.320,02
6	ROTA 06 - O ROTEIRO POSSUI 44 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 16 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE CHAPADA DO PONTAL, CAMPESTRE, GAMELEIRA À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 44 KM POR DIA	9.680	KMROD	R\$ 5,08	R\$ 49.174,40
7	ROTA 07 - O ROTEIRO POSSUI 47,20 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 28 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE PEDRA GRANDE, MORRO GRANDE, LAGOINHA DOS VENÂNCIOS À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 47,20 KM POR DIA	10.384	KMROD	R\$ 5,71	R\$ 59.292,64
8	ROTA 08 - O ROTEIRO POSSUI 75,16 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 28 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE CUSTÓDIO, CALDEIRÃO, TANQUE DE TERRA, BALANÇAS, IPUEIRAS À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 75,16 KM POR DIA	16.535	KMROD	R\$ 4,43	R\$ 73.250,05
9	ROTA 09 - O ROTEIRO POSSUI 76,64 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 44 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE CANTOFRE, FORMIGA, BOM LUGAR, LAGOINHA, PEDRA LISA À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 76,64 KM POR DIA	16.861	KMROD	R\$ 5,30	R\$ 89.363,30
10	ROTA 10 - O ROTEIRO POSSUI 75,16 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 28 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE TANQUINHO, RECANTO II, RECANTO I, CHAPADA DOS TITICO, MORRO TORADO À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 75,16 KM POR DIA	16.535	KMROD	R\$ 4,62	R\$ 76.391,70
11	ROTA 11 - O ROTEIRO POSSUI 62,72 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 28 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE PÉ DO MORRO, JIBÓIA, UMBUZEIRINHO, CHAPADA DA JIBÓIA - SÍTIO. À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 62,72 KM POR DIA	13.799	KMROD	R\$ 4,83	R\$ 66.649,17

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: <https://app.Opaper.com.br/dashboard/signature-validation>

2

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: <https://app.Opaper.com.br/dashboard/signature-validation>

3

12	ROTA 12 - O ROTEIRO POSSUI 66,28 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE LAGOA DO MUCAMBO, LAGOA DOS CAVALO, ASSENTAMENTO - SÍTIO À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 66,28 KM POR DIA	14.582	KMROD	R\$ 3,93	R\$ 57.307,26
13	ROTA 13 - O ROTEIRO POSSUI 34,80 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 28 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE LAGOA DO FOGO, LAGOA DO CANTO - SÍTIO À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 34,80 KM POR DIA	7.656	KMROD	R\$ 6,57	R\$ 50.299,92
14	ROTA 14 - O ROTEIRO POSSUI 19,04 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ DA LOCALIDADE TCONDADO, SÍTIO DOS ABILIO - SÍTIO À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 19,04 KM POR DIA	4.189	KMROD	R\$ 4,82	R\$ 20.190,98
15	ROTA 15 - O ROTEIRO POSSUI 100,38 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 44 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA TARDE DA LOCALIDADE LAGOA DO MUCAMBO, LAGOA DO FOGO, LAGOA DO CANTO, SÍTIO DO MEIO, OLHO D'ÁGUA VELHO, JIBOIA E DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 100,38 KM POR DIA	22.084	KMROD	R\$ 3,74	R\$ 82.594,16
16	ROTA 16 - O ROTEIRO POSSUI 37,92 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE FORMIGA, BOM LUGAR, PEDRA LISA, UMBUZEIRO, CANTOFRE - (ESC. MATIAS Fº DO NASCIMENTO. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 37,92 KM POR DIA	8.343	KMROD	R\$ 3,75	R\$ 31.286,25

4

17	ROTA 17 - O ROTEIRO POSSUI 12,36 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA MANHÃ E A TARDE DA LOCALIDADE UMBUZEIRO FERRADO, REPRESA À SEDE DE VERA MENDES. RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 12,36 KM POR DIA	2.719	KMROD	R\$ 7,22	R\$ 19.631,18
18	ROTA 18 - O ROTEIRO POSSUI 174,40 KM DIÁRIOS E DEVERÁ SER FEITO COM VEÍCULO DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 28 LUGARES. TRAJETO COM SAÍDA NO PERÍODO DA NOITE DA LOCALIDADE VERA MENDES - PICOS (IFPI, UFPI, UESPI). RETORNANDO AO FINAL DO TURNO NORMAL DE AULA DA ESCOLA. FAZENDO UM TOTAL DE 174,40 KM POR DIA	38.368	KMROD	R\$ 3,93	R\$ 150.786,24
<b>VALOR TOTAL DO VENCEDOR: R\$ 1.124.385,27 (UM MILHÃO CENTO E VINTE E QUATRO MIL, TREZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS)</b>					

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: <https://app.Opaper.com.br/dashboard/signature-validation>

5

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Vera Mendes - PI

3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

### 4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

### Dos limites para as adesões

4.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.

4.6 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

### Vedação a acréscimo de quantitativos

(Continua na próxima página)



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**VERA MENDES**  
Trabalho. Inovação e Tradição



4.7 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP ou sítio eletrônico oficial, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata este item deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços do adjudicatário,

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

5.7 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item anterior, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.10 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.10.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.10.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.11 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir

as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1 Por razão de interesse público;

8.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

**9. DAS PENALIDADES**

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

**10. CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Vera Mendes-PI, 10 de março de 2025

Carlos José da Silva  
PREFEITO MUNICIPAL

RONIEL LEAL  
IBIAPINA:02491360314  
Assinado de forma digital por  
RONIEL LEAL  
IBIAPINA:02491360314  
Dados: 2025.03.10 14:04:45 -03'00'

CONTRAK TERCEIRIZACAO E LOCACOES LTDA  
CNPJ Nº 09.068.794/0001-08

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: <https://app.opaper.com.br/dashboard/signature-validation>

6

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: <https://app.opaper.com.br/dashboard/signature-validation>

7

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: <https://app.opaper.com.br/dashboard/signature-validation>

8

Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: <https://app.opaper.com.br/dashboard/signature-validation>

9

(Continua na próxima página)

**Manifesto****Verificação de Autenticidade e Integridade**

Este documento foi assinado digitalmente, assegurando sua autenticidade, integridade e validade jurídica, conforme estabelecido pela Lei nº 14.063/2020 e pela Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Para verificar a validade das assinaturas digitais e confirmar a integridade do documento, por favor, certifique-se de que você não está logado e acesse o seguinte link:

<https://app.0paper.com.br/dashboard/signature-validation>

**Download Cópia Original**

Para baixar cópias deste documento assinado, certifique-se de que você não está logado e acesse o link abaixo utilizando o código fornecido:

<https://app.0paper.com.br/dashboard/original-document-download>

b23e8cbb9ceec133cb39786d72883b117333378c9ba05d9b5cb148dfe49857fe

**Assinaturas**

Lista de assinaturas digitais realizadas neste documento:

**Carlos Jose Da Silva, CPF: 005.xxx.xxx-28**

Assinado em 11/03/2025 08:45:11

10

**Id:13B5BEF1BECB5F26****PARECER JURÍDICO**

**ASSUNTO:** Legalidade da suspensão de desconto de pensão alimentícia em folha de pagamento sem determinação judicial.

**1. CONSULTA/REQUERIMENTO**

A presente consulta tem como objetivo esclarecer a possibilidade de retirada do desconto de pensão alimentícia na folha de pagamento de servidor público municipal sem a devida notificação de decisão judicial.

**2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

A retenção de valores referentes à pensão alimentícia diretamente na folha de pagamento do servidor público ocorre por determinação judicial, sendo essa medida amparada pelos seguintes dispositivos legais:

- Constituição Federal de 1988: O princípio da legalidade administrativa, previsto no artigo 37, caput, estabelece que a Administração Pública deve agir estritamente conforme a lei, não podendo suprimir direitos sem respaldo normativo ou decisão judicial.
- Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015): O artigo 529, §3º, determina que o desconto da pensão alimentícia sobre a remuneração do devedor deve ser mantido até decisão em sentido contrário proferida pelo juízo competente.
- Súmula 309 do STJ: Define que os débitos alimentares devem ser quitados prioritariamente, reforçando a necessidade de cumprimento da ordem judicial para desconto em folha.
- Lei de Execução de Alimentos (Lei nº 5.478/1968): O artigo 16 estabelece que o pagamento da pensão deve ser efetuado conforme determinação do juiz, sendo descabida qualquer alteração sem ordem expressa.

Diante desse arcabouço legal, fica claro que a Administração Pública não tem competência para excluir, suspender ou modificar unilateralmente os descontos referentes à pensão alimentícia sem determinação judicial. Caso o faça, poderá incorrer em ilegalidade, sujeitando-se a ações judiciais e eventuais sanções administrativas.

**3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, conclui-se que a supressão do desconto da pensão alimentícia na folha de pagamento de servidor público somente pode ocorrer mediante determinação expressa do Poder Judiciário. Qualquer retirada indevida pode configurar violação dos princípios da legalidade e da moralidade administrativa, além de prejudicar o beneficiário da pensão, que possui direito constitucionalmente protegido.

Recomenda-se que o município mantenha o desconto regularmente até que haja uma decisão judicial autorizando a suspensão ou alteração da retenção.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Costa Neiva  
 Assessora Jurídica

2

 Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: <https://app.0paper.com.br/dashboard/signature-validation>

 Verifique a autenticidade e a integridade do documento em: <https://app.0paper.com.br/dashboard/signature-validation>
**Manifesto****PublicSoft****Verificação de Autenticidade e Integridade**

Este documento foi assinado digitalmente, assegurando sua autenticidade, integridade e validade jurídica, conforme estabelecido pela Lei nº 14.063/2020 e pela Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Para verificar a validade das assinaturas digitais e confirmar a integridade do documento, por favor, certifique-se de que você não está logado e acesse o seguinte link:

<https://app.0paper.com.br/dashboard/signature-validation>

**Download Cópia Original**

Para baixar cópias deste documento assinado, certifique-se de que você não está logado e acesse o link abaixo utilizando o código fornecido:

<https://app.0paper.com.br/dashboard/original-document-download>

0f7aa7d01d600cb5d15d00ea831e20e4d9d906ceb4a6e325735040eb9af726e0

**Assinaturas**

Lista de assinaturas digitais realizadas neste documento:

**Ana Beatriz Costa Neiva, CPF: 071.xxx.xxx-09**

Assinado em 10/03/2025 14:37:34

3

**Id:09FED8A730056123****CERTIDÃO****Processo Administrativo nº 13/2024**

CERTIFICO para os devidos fins, que o senhor Milton da Silva Oliveira foi devidamente notificado na data de 7/1/2025, tendo sido concedido o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa.

Decorrido o prazo estipulado, verificou-se que o notificado não apresentou defesa no âmbito do procedimento correspondente.

Para que produza os efeitos legais, firmo a presente certidão.

Vera Mendes/PI, 10 de março de 2025.

*Flávio José de Carvalho Sousa*  
 Flávio José de Carvalho Sousa  
 Secretário de Administração e Planejamento  
 Prefeitura de Vera Mendes - PI